



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1671714 - MA (2020/0052576-2)**

**RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**AGRAVANTE : MARIZAURA RIBEIRO FERREIRA**  
**ADVOGADOS : LUIZ HENRIQUE FALCÃO TEIXEIRA E OUTRO(S) - MA003827**  
**THIAGO HENRIQUE DE SOUSA TEIXEIRA - MA010012**  
**ANDRE ARAUJO SOUSA - MA019403**  
**AGRAVADO : ESTADO DO MARANHÃO**  
**PROCURADOR : LUCAS SOUZA PEREIRA E OUTRO(S)**

### EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. NEGADO SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL PELO TRIBUNAL DE ORIGEM COM BASE NO ART. 1030, I, "B", DO CPC/2015. RECURSO CABÍVEL. AGRAVO INTERNO PARA O PRÓPRIO TRIBUNAL. ART. 1030, § 2º, DO CPC/2015. INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INVIABILIDADE. ERRO GROSSEIRO. PRECEDENTES. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

### DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por MARIZAURA RIBEIRO FERREIRA em face de decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, que negou admissibilidade a recurso contra acórdão assim ementado (e-STJ fl. 638):

AÇÃO DE COBRANÇA. PISO SALARIAL DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO BÁSICA. PISO SALARIAL NACIONAL. DECISÃO DO PLENÁRIO DO STF. ADI Nº. 4.167/DF. RESP. REPETITIVO Nº 1.426.210/RS. INAPLICABILIDADE ART. 32 DA LEI ESTADUAL 9860/2013 DECLARADO INCONSTITUCIONAL PELO TJMANO JULGAMENTO DO MSn.Q0800330-81/2018.8.10.0000. APELO DESPROVIMENTO.

1. O STF, por ocasião do julgamento dos Embargos Declaratórios na ADIN n.º 4.167/DF, assentou que, até 26 de abril de 2011, deve-se adotar como parâmetro para o piso salarial instituído pela Lei Federal nº 11.738/2008 a remuneração global e, a partir de 27 de abril de 2011, o vencimento básico.

2. A Lei n.º 11.738/2008, em seu art. 2º, § 1º, ordena que o vencimento inicial das carreiras do magistério público da educação básica deve corresponder ao piso salarial profissional nacional, sendo vedada a fixação do vencimento básico em valor inferior, não havendo determinação de incidência automática em toda carreira e reflexo imediato sobre as demais vantagens e gratificações, o que somente poderá ocorrer se estas determinações estiverem previstas nas legislações locais, entendimento corroborado pelo STJ no Resp. Repetitivo n.º 1.426.210/RS.

3. Entretanto, o art. 32 da Lei Estadual n.º 9860/2013, que previa, como base de cálculo das vantagens percebidas, o vencimento inicial, foi declarada como inconstitucional quando do julgamento do MS 0800330-81/2018.8.10.0000, logo, inexiste norma apta a autorizar a pretensão do apelante.

4. Via de consequência, afastado o suposto fato antijurídico, resta prejudicada a apreciação do pleito de indenização por danos morais.

5. Apelo conhecido e desprovido.

Opostos embargos de declaração, foram eles rejeitados, conforme acórdão juntado às e-STJ fls. 688/691.

Nas razões do recurso especial, interposto com base no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, a agravante alega:

a) violação aos arts. 1039 e 1040, III, do CPC/2015, bem como ao art. 28 da Lei nº 9.868/99, ao argumento de que o Tribunal de origem não teria observado a tese firmada no REsp nº 1.426.210/RS, julgado sob o rito dos repetitivos, uma vez que seria devida a “incidência automática da adoção do piso salarial profissional nacional em toda a carreira do magistério e ao reflexo imediato sobre as demais vantagens e gratificações, de acordo com o determinado pela lei local” (e-STJ fl. 702). Ademais, sustenta que “O Poder Executivo do Estado do Maranhão editou Lei Estadual nº 9.860 de 1º de julho de 2013 que reestruturou a carreira do Magistério e disciplinou plano de Remuneração dos professores, garantindo aos referidos servidores o direito ao reajuste na remuneração a cada mês de janeiro, no percentual do Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério, conforme dispõe o artigo 32” (e-STJ fl. 710), e que “os vencimentos dos professores estaduais seguiu o reajuste do Piso Nacional até o ano de 2015, conforme indicado através da Lei 10.207/2015”. Contudo, desde o ano de 2016 o Estado recorrido não repassou aos professores estaduais os reajustes do piso nacional divulgados pelo Ministério da Educação, sob a alegação de que eles já recebem salários acima do piso;

b) dissídio jurisprudencial, ao argumento de que o Tribunal de origem teria divergido do entendimento firmado no REsp nº 1.426.210/RS, julgado sob o rito dos repetitivos.

Contrarrazões ao recurso especial apresentadas às e-STJ fls. 972/979.

A decisão agravada negou seguimento ao recurso especial ao argumento de que o acórdão recorrido estaria em consonância com o entendimento firmado no REsp nº 1.426.210/RS, submetido à sistemática dos recursos repetitivos. Além disso, consignou que seria aplicável, por analogia, a Súmula nº 280/STF, pois o acórdão recorrido estaria fundamentado sobretudo na Lei Estadual nº 9.860/2013.

Nas razões do agravo, a agravante alega, em síntese, que apesar de haver previsão do agravo interno em face de referida decisão, deve ser admitido o presente agravo em recurso especial, uma vez que o julgado sob o rito dos repetitivos invocado para negar seguimento ao recurso especial é o mesmo julgado indicado nas razões do recurso para fundamentar a tese da agravante.

Sustenta que é “inviável a interposição de Agravo Interno ao juízo denegatório, pois inexistente, no caso, qualquer diferenciação entre a jurisprudência paradigma com o Recurso Especial. Ao contrário disto, ambas, jurisprudência paradigma e o Recurso Especial, dialogam em plena harmonia, pois afinal é o REsp 1.426.210/RS que fundamenta o recurso interposto, ao passo que também fundamenta a decisão denegatória. À luz do que já foi explicado a respeito do cabimento do Agravo Interno, e do ônus da parte recorrente em comprovar a diferenciação do acórdão paradigma com o caso concreto, até mesmo para buscar o juízo de retratação da decisão monocrática denegatória, inexistente aqui qualquer diferenciação a ser feita” (e-STJ fl. 992).

Ademais, aduz que “faz-se mister que o Superior Tribunal de Justiça enfrente o mérito do Recurso Especial para dizer se assiste razão a parte recorrente quando diz que o Tribunal local não emprega a tese firmada no julgamento do REsp Repetitivo 1.426.210/RS, ou se a decisão regional recorrida deu à referida tese a melhor interpretação” (e-STJ fl. 993).

Por fim, alega que não seria aplicável a Súmula nº 280/STF, pois “o Recurso Especial não se funda em análise de Lei Local, mas, pretende, unicamente, retirar a grave e notória divergência à jurisprudência do STJ pacificada por ocasião do julgamento do REsp 1.426.210/RS” (e-STJ fl. 994).

Contraminuta ao agravo apresentada às e-STJ fls. 999/1003.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso de agravo atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "Aos recursos interpostos com

fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

O recurso não comporta conhecimento.

O Tribunal de origem negou seguimento ao recurso especial com base no art. 1030, I, do CPC/2015, ao argumento de que o acórdão recorrido estaria de acordo com a tese firmada no REsp nº 1.426.210/RS, julgado sob o rito dos repetitivos.

Nos termos do art. 1030, § 2º, do CPC/2015, somente é cabível a interposição de agravo interno em face de referida decisão, constituindo erro grosseiro a interposição de agravo em recurso especial, previsto no art. 1042 do CPC/2015.

Nesse sentido os seguintes julgados desta Corte Superior:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. APELO NOBRE INADMITIDO COM FUNDAMENTO NO ART. 1030, I, "b", DO CPC/2015. CABIMENTO DO AGRAVO INTERNO NA ORIGEM. APLICAÇÃO DO ART. 1030, §2º, DO CPC.

1. Ação de revisão de benefício previdenciário.

2. Não é cabível o agravo em recurso especial contra decisão que, com fulcro no art. 1030, I, "b", do CPC/2015, nega seguimento ao apelo nobre, uma vez que é de competência do próprio Tribunal recorrido, se provocado por agravo interno, decidir sobre a alegação de suposto equívoco na aplicação de precedente representativo da controvérsia julgado por este Tribunal.

3. Agravo interno nos embargos de declaração no agravo em recurso especial não provido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1396609/SE, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/11/2019, DJe 20/11/2019)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. INADMISSÃO DO RECURSO ESPECIAL COM FUNDAMENTO NO ART. 1.030, I, "B", DO CPC/2015. NÃO CABIMENTO DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ERRO GROSSEIRO. INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE.

1. Ação de obrigação de não fazer cumulada com pedido de antecipação de tutela, na qual relata a agravada o recebimento de cobrança mensal de taxa associativa, embora nunca tenha se associado à agravante.

2. Conforme consta do Enunciado Administrativo n. 3, do Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

3. Nos termos do art. 1.030, § 2º, do CPC/2015, cabe agravo interno contra decisão do presidente ou vice-presidente da Corte de origem que negar seguimento a recurso especial interposto contra acórdão que esteja em conformidade com o entendimento do STJ fixado em regime de recursos repetitivos.

4. Inaplicável, portanto, o princípio da fungibilidade e a determinação de retorno dos autos à Corte de origem para julgar o recurso como agravo interno, tendo em vista a configuração de erro grosseiro.

5. Agravo interno no agravo em recurso especial não provido.

(AgInt no AREsp 1387848/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/04/2019, DJe 03/04/2019)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE. PUBLICAÇÃO NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO INTERNO. ERRO GROSSEIRO. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. DESCABIMENTO.

1. O Superior Tribunal de Justiça admite o princípio da fungibilidade recursal somente "quando houver dúvida objetiva sobre qual o recurso a ser

interposto; quando o dispositivo legal for ambíguo; quando houver divergência doutrinária ou jurisprudencial quanto à classificação do ato processual recorrido e a forma de atacá-lo (...)" (AgInt no RO nos EDcl no AgRg no RE nos EDcl no AgRg no AREsp 617.933/SP, Relator Ministro HUMBERTO MARTINS, CORTE ESPECIAL, DJe 14/10/2016).

2. Conforme o art. 1030, § 2º, do CPC/2015, o recurso cabível contra decisão que nega seguimento a recurso especial com base na aplicação de tese firmada em sede de recurso repetitivo é o agravo interno, sendo admitido o agravo previsto no art. 1.042 do Novo Estatuto Processual na hipótese de o Tribunal de origem inadmitir o apelo nobre com fundamento no inciso V do referido dispositivo legal.

3. Hipótese em que a Corte a quo, ao realizar o juízo de prelibação negativo do recurso especial, entendeu que a questão suscitada carece do devido prequestionamento, tendo a parte manejado agravo interno em vez de agravo em recurso especial, o que configura erro grosseiro, não dando ensejo tal situação à aplicação do princípio da fungibilidade.

4. Agravo interno desprovido, com aplicação de multa.

(AgInt no AREsp 1259849/CE, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/08/2018, DJe 12/09/2018)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, não conheço do agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator